



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Institui o dia nacional da água.

DESPACHO:
15/12/1999 - (ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 01/02/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)



Institui o dia nacional da água.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As águas cobrem três quartos da superfície da Terra. Entretanto, mais de 97% das águas do planeta são salgadas, nos oceanos, e menos de 3% são água doce. Dessas últimas, 77% estão congeladas nos círculos polares; 22% compõem-se de águas subterrâneas; e a pequena fração restante encontra-se nos lagos, rios, plantas e animais.

Ao longo da história, os lagos, riachos e rios mundiais tem proporcionado importantes recursos e serviços, incluindo água potável, água para lavagem, uso na agricultura, produção de energia, transporte, recreação e descarga de detritos.

As águas doces são uma fonte renovável. Se forem usadas de forma adequada e cuidadosamente conservadas, o ciclo hidrológico global pode satisfazer as necessidades, atuais e projetadas, em uma base sustentável. Entretanto, a água tem sido tratada como um recurso ilimitado, fornecido o mais barato possível e em qualquer quantidade desejada. Se tal atitude continuar enfrentaremos deficiências críticas na quantidade e qualidade da água disponível.

O crescimento populacional e as exigências crescentes por energia e alimentos estão impondo crescente demanda por água doce. Na virada do século, muitos países terão metade da água que tinham em 1975 – e



muitos experimentarão demandas muito maiores por parte da agricultura e da indústria. Escassez futura de água tenderá a limitar o crescimento na agricultura e indústria, e poderá por em risco a saúde, nutrição e desenvolvimento econômico.

A água é tão importante para a vida humana quanto os alimentos. Um indivíduo precisa de um ou dois litros de água diários para sobreviver. O problema básico não é a falta de água para beber – poucas pessoas morrem de sede. Na verdade, o problema é obter um fornecimento suficiente de água potável e serviços de saneamento adequados.

Cerca de 80% de todas as doenças humanas estão relacionadas à água não tratada, saneamento precário e falta de conhecimento básico de higiene e dos mecanismos das doenças. Doenças transmitidas pelas águas respondem por, no mínimo, 25 milhões de mortes, a cada ano, no Terceiro Mundo; e os custos das águas poluídas para a vida humana são enormes. Há uma forte ligação entre falta de acesso a água limpa e altos índices de mortalidade infantil. Apesar de 91% da população urbana brasileira ser atendida por rede pública de abastecimento de água, a coleta de esgotos só chega a 49% dos municípios brasileiros e apenas 20% do total coletado recebe tratamento..

Nos países industrializados e nas áreas industrializadas dos países em desenvolvimento, o problema da poluição das águas doces, junto com a escassez causada pela demanda crescente, representa uma séria preocupação. Além das águas dos rios, poluídos com o despejo de produtos químicos pelas indústrias, também as águas subterrâneas estão contaminadas por fertilizantes utilizados na agricultura. Nos Estados Unidos, metade de área agrícola encontra-se nesta situação. Em 1980, o IBGE verificou que dos 62 mil estabelecimentos industriais existentes no Brasil, quase a metade, ou seja, 25,7 mil, apresentava “alto potencial poluidor da água”. A agricultura brasileira lança, a cada ano, um bilhão de toneladas de solo fértil nos rios, além de fertilizantes e agrotóxicos. E o quadro da agressão ao recurso água se completa com o mercúrio de 600 mil garimpeiros, que está matando a vida aquática de rios brasileiros conhecidos pela fartura e variedade de seus peixes.

A produção de um tomate requer trinta litros de água; um litro de leite, quatro litros; um quilo de carne de vaca, 16.700 litros. Para se produzir uma quantidade de papel correspondente a um livro de cem páginas, podem gastar-se 30 ou 200 litros de água; para uma tonelada de aço, 15 ou 100 mil litros; refino de petróleo, 2 mil ou 12 mil litros, dependendo da tecnologia empregada.

Conforme a falta de água aumenta, os rios e lagos internacionais serão o foco de tensões crescentes. Dos 200 maiores sistemas fluviais de todo o



mundo, 150 são compartilhados por duas nações, e mais de 50 por 3 a 10 nações.

Esses dados são suficientes para demonstrar a necessidade de uma profunda revisão no nosso modelo atual de produção e consumo, bem como a adoção de sistemas adequados de gestão do uso dos recursos hídricos. É com esse propósito que estamos propondo a instituição do dia nacional da água. A criação de uma data como esta oferecerá à sociedade brasileira a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionados ao uso e conservação dos recursos hídricos.

Sala das Sessões, em 15 de Dezembro de 1999.

Deputado **SERGIO NOVAIS**

Lote: 79

Caixa: 98

PL N° 2252/1999

4

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	15/12/99 às 11:45
Nome	Pedro
Ponto	3270

12.70



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252/99

Nos termos do Art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 04/04/2000 a 10/04/2000. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2000.


Aurenilton Araruna de Almeida
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999

Institui o dia nacional da água.

Autor: Deputado **Sérgio Novais**

Relator: Deputada **Vanessa Grazziotin**

I - RELATÓRIO

O PL 2.252/99, do ilustre Deputado Sérgio Novais, institui o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

No prazo regimental, não houve apresentação de emendas à proposição em análise.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na justificação do projeto, o ilustre Autor apresenta dados alarmantes sobre o consumo de água de várias atividades econômicas, os graves problemas relacionados à poluição dos recursos hídricos em todo o mundo e as consequências da falta de água para a humanidade.

O mundo enfrenta muitos desafios em relação ao uso do meio ambiente como fonte de recursos naturais e como receptor de resíduos de todos os tipos. Os problemas relacionados à água são tão importantes quanto os relativos a mudanças climáticas, desmatamento, perda da biodiversidade e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desertificação, os quais, por sua vez, estão estreitamente ligados ao manejo da água.

Em comemoração ao Dia da Terra, a revista *Time* lançou edição especial, na qual sustenta que nosso Planeta "está no final de sua vida" quanto à capacidade de gerar bens e serviços. Segundo a revista, o modo como a humanidade vem comprometendo os ecossistemas "ameaça seu próprio bem-estar e sua sobrevivência". As afirmações do semanário são baseadas em dados do relatório das Nações Unidas, a ser lançado na sessão especial do milênio, em setembro, intitulado *World Resources 2000-2001*. O relatório, em cuja elaboração participaram o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, o Banco Mundial e o *World Resources Institute*, apresenta os dados de uma análise dos cinco maiores ecossistemas (*Pilot Analysis of Global Ecosystems*).

Conforme o relatório da ONU, nenhum outro ecossistema está tão ameaçado quanto o ambiente aquático, incluindo os recifes de corais e os habitats de água doce de rios, lagos e áreas úmidas. Essas frágeis zonas enfrentam uma série de ameaças, de represas e poluição pelo uso do solo, a técnicas de pesca destrutivas. Quase 60% dos 237 maiores rios do mundo estão fortemente ou moderadamente fragmentados por represas, desvios ou canais. A biodiversidade é mais ameaçada na água doce que em qualquer outro ecossistema, sendo que cerca de 34% das espécies de peixes sofrem os impactos de atividades humanas.

A população mundial já usa mais de 54% de toda a água disponível e o aumento do seu consumo compromete todos os outros ecossistemas e limita o crescimento econômico. Um total de 2,3 bilhões de pessoas enfrentam racionamento de água, 60% a mais que estimativas anteriores da ONU.

O Brasil poderia ser considerado privilegiado em termos de recursos hídricos, uma vez que possui quase 12% do total mundial da água de superfície. Esses recursos, no entanto, não estão igualmente distribuídos no território nacional, sendo que mais de 70% encontram-se na bacia amazônica. A região Norte detém 68,5% dos recursos hídricos de superfície brasileiros, a Centro-Oeste 15,7%, a Sul 6,5%, a Sudeste 6,0% e a Nordeste 3,3%.

Mas os problemas relacionados à conservação da água, tanto em quantidade quanto em qualidade, não estão restritos às regiões onde há



CÂMARA DOS DEPUTADOS
**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E
MINORIAS**

**PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)**

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU unanimemente o Projeto de Lei nº 2.252/99, nos termos do parecer da relatora, Deputada Vanessa Grazziotin.

Estiveram presentes os Senhores Deputados, Salatiel Carvalho, Presidente, Celso Russomanno e Arlindo Chinaglia, Vice-Presidentes, Badu Picanço, Márcio Bittar, José Borba, Luiz Bittencourt, Ricardo Izar, Expedito Júnior, Paes Landim, Ronaldo Vasconcellos, Ben-Hur Ferreira, Fernando Gabeira, Fernando Zuppo, Paulo Baltazar, Régis Cavalcante, Aloízio Santos, Duílio Pisaneschi, Maria Abadia, Vanessa Grazziotin, Euler Ribeiro, Laura Carneiro, Fernando Ferro, João Paulo, Marcos Afonso, Fernando Coruja, Inácio Arruda e Valdemar Costa Neto.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000.

Deputado **SALATIEL CARVALHO** (PMDB-PE)
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.252-A, DE 1999 (DO SR. SÉRGIO NOVAIS)

Institui o dia nacional da água.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

PROJETO DE LEI Nº 2.252-A, DE 1999
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)

Institui o dia nacional da água; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias pela aprovação (relatora: DEP. VANESSA GRAZZIOTIN).

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

OFTP Nº 135/2000

Brasília, 28 de junho de 2000

Publique-se.

Em 15/8 / 2000

Presidente

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.252/1999.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente,

Deputado **SALATIEL CARVALHO**
Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
Presidente da Câmara dos Deputados

Lote: 79

Caixa: 98

PL N° 2252/1999

12

DETALHA - GERAL DA F	
Origem	2625/00
Data:	15/11/00
Ass:	2166



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 14 de agosto de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2000


Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 14 de agosto de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2000


Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 2252, DE 1999

Institui o Dia Nacional da Água.

AUTOR: Deputado SÉRGIO NOVAIS

RELATOR: Deputado AGNELO QUEIROZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado SÉRGIO NOVAIS propõe a instituição do Dia Nacional da Água, a ser celebrado no território nacional no dia 22 de março de cada ano.

A referida proposta passou, sem emendas, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, onde recebeu Parecer favorável de mérito da nobre Deputada VANESSA GRAZZIOTIN, acatado, por unanimidade, por essa Comissão.

De acordo com as normas regimentais da Casa, o PL em apreço chega agora, sem emendas, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto para exame da matéria quanto ao mérito educacional e cultural.



II - VOTO DO RELATOR

Em ampla e bem fundamentada Justificação, ressaltada pelos aspectos ecológicos, ambientais e sócio-econômicos, o ilustre autor da proposta em apreço lembra-nos que as águas cobrem três quartos da crosta terrestre: 97% de água salgada e apenas 3% de água doce. Das águas doces, cerca de 77% estão congeladas, e 22% constituem as águas subterrâneas; o restante 1% representam as águas fluviais, lacustres e as presentes nos seres vivos em geral.

As águas doces são renováveis graças ao ciclo hidrológico global. Mas estão hoje seriamente ameaçadas pela conjugação de vários fatores: poluição, crescimento populacional, uso indiscriminado, que afetam o ciclo hidrológico nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. Não seria exagero afirmar que o mundo está na iminência de lutar por água, se não forem tomadas, em tempo, as medidas necessárias à coibição desses fatores limitantes do precioso líquido.

Ora, como enfrentar a complexidade de aspectos ecológicos, ambientais, sócio-econômicos e políticos que permeiam esse quadro? Claro que com medidas consentâneas as esses aspectos, como conscientização, mudanças de comportamento e de padrões de produção e consumo, inovação tecnológica, e assim por diante, todas medidas que pressupõem embasamento educacional e cultural.

O Dia Nacional da Água terá o caráter de um dia de reflexão e de fomento de atitudes e ações em prol da água e do equilíbrio hidrológico do planeta. Esse papel, sem dúvida, confere à celebração proposta uma dimensão educativa e cultural que merece ser cultivada por todos os cidadãos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

À luz do indiscutível mérito educacional e cultural da iniciativa legislativa em pauta, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2252, de 1999, do nobre colega, Deputado SÉRGIO NOVAIS.

Sala da Comissão, em 4 de outubro de 2000.


Deputado AGNELO QUEIROZ

Relator

00955400.072
CDCLPA31.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 2.252/99, nos termos do parecer do Relator, Deputado Agnelo Queiroz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Marisa Serrano, Presidenta em exercício; Nelo Rodolfo e Gilmar Machado, Vice-Presidentes; Agnelo Queiroz, Átila Lira, Clovis Volpi, Éber Silva, Esther Grossi, Eurico Miranda, Flávio Arns, João Matos, Luis Barbosa, Nice Lobão, Nilson Pinto, Osvaldo Biochi, Luiz Bittencourt, Iara Bernardi, Gastão Vieira e Lídia Quinan,

Sala da Comissão, em 4 de outubro de 2000

Deputada Marisa Serrano
Presidenta em exercício

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.252-B, DE 1999 (DO SR. SÉRGIO NOVAIS)

Institui o dia nacional da água.

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

***PROJETO DE LEI Nº 2.252-B, DE 1999
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)**

Institui o dia nacional da água; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (relatora: Dep. Vanessa Grazziotin); e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (relator: DEP. Agnelo Queiroz).

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS; DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

**Projeto inicial e parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias publicados no DCD de 29/06/00*

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ofício nº P-286/2000

Brasília, 4 de outubro de 2000

Publique-se.

Senhor Presidente,

Em 17 / 10 / 2000


Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno a aprovação do PROJETO DE LEI Nº 2.252/99 – do Sr. Sérgio Novais – que “institui o dia nacional da água”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente,


Deputado Gilmar Machado
Presidente em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado MICHEL TEMER
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA.

Caixa: 98

Lote: 79
PL N° 2252/1999

21

RETARIA - GERAL DA R	
Recebido	
Origão	n.º 3349/00
Data: 27/10/00	Hora: 18.00
Ass: SMM	Ponto: 2166



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252/99

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 22/11/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2000


SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999

Institui o dia nacional da água.

Autor: Deputado SÉRGIO NOVAIS

Relator: Deputado RICARDO FIUZA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe estabelece que o dia 22 de março será o dia nacional da água.

Em sua justificção o autor apresenta dados alarmantes sobre o consumo de água de várias atividades econômicas, os graves problemas relacionados à poluição dos recursos hídricos em todo o mundo e as consequências da falta de água para a humanidade. Acredita que a criação de uma data como esta oferecerá à sociedade brasileira a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionados ao uso e conservação dos recursos hídricos.

A matéria é de competência conclusiva das Comissões. Foi distribuída à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que, no mérito, votaram pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.252, de 1999.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, III, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.252, de 1999.

O projeto atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar. Também foram respeitadas as demais normas constitucionais de cunho material.

Quanto ao aspecto de juridicidade, há de se afirmar que o projeto foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor.

A técnica legislativa e a redação empregadas no texto do projeto nos parece acertada e, indubitavelmente, estão em acordo com as determinações impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.252, de 1999, de autoria do ilustre Deputado SÉRGIO NOVAIS.

Sala da Comissão, em 10 de 11 de 2000


Deputado RICARDO FIUZA
Relator

102212

27523



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.252-B, DE 1999

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.252-B/99, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ricardo Fiuza.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Ney Lopes - Presidente, Jaime Martins, Igor Avelino e Léo Alcântara - Vice-Presidentes; Alceu Collares, Aldir Cabral, Aldo Arantes, Alexandre Cardoso, André Benassi, Asdrubal Bentes, Bispo Rodrigues, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Dr. Antonio Cruz, Edmar Moreira, Edmundo Galdino, Eurico Miranda, Geovan Freitas, Geraldo Magela, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Iédio Rosa, Inaldo Leitão, José Antonio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Murilo Domingos, Nelson Otoch, Nelson Pellegrino, Oliveira Filho, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Raimundo Santos, Regis Cavalcante, Renato Vianna, Robson Tuma, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Anivaldo Vale, Átila Lins, Bispo Wanderval, Cleonânio Fonseca, Edir Oliveira, Fernando Coruja e Jairo Carneiro.

Sala da Comissão, em 3 de abril de 2002


Deputado NEY LOPES
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI Nº 2.252-C, DE 1999**
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)

Institui o dia nacional da água; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (relatora: DEP. VANESSA GRAZZIOTIN); da Comissão de Educação Cultura e Desporto, pela aprovação (relator DEP. AGNELO QUEIROZ); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. RICARDO FIUZA).

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

** Projeto inicial publicado no DCD de 29/06/00*

(pareceres da Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e de Educação, Cultura e Desporto publicados, respectivamente, nos DCDs de 29/06/00 e 05/10/00)

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE
REDAÇÃO****S U M Á R I O**

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.252-C, DE 1999
(DO SR. SÉRGIO NOVAIS)

Institui o dia nacional da água; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (relatora: DEP. VANESSA GRAZZIOTIN); da Comissão de Educação Cultura e Desporto, pela aprovação (relator DEP. AGNELO QUEIROZ); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. RICARDO FIUZA).

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

S U M Á R I O

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:

- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 330/02 CCJR
Publique-se.
Em 12.04.02.


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 8756 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. Nº 330-P/2001 – CCJR

Brasília, em 4 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 03 de abril do corrente, do Projeto de Lei nº 2.252-B/99.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e parecer a ele oferecido.

Cordialmente,

Deputado NEY LOPES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AÉCIO NEVES
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

Lote: 79 Caixa: 98
PL N° 2252/1999
29

SGM-SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Protocolo de Recebimento de Documentos	
Origem: <u>CCD</u>	RM: <u>1128102</u>
Data: <u>12/14/02</u>	Hora: <u>17:13</u>
Ass.: <u>[assinatura]</u>	Ponto: <u>6629</u>



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 2.252-C, DE 1999

Institui o dia nacional da água.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21.05.2002

Presidente

Deputado ALDIR CABRAL
Relator



1797E20817



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.252-C, DE 1999

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente a Redação Final oferecida pelo Relator, Deputado Aldir Cabral, ao Projeto de Lei nº 2.252-B/99. Os Deputados Nelson Pellegrino, Waldir Pires, Ben-Hur Ferreira, Gilmar Machado, José Dirceu e Luiz Eduardo Greenhalgh abstiveram-se de votar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Léo Alcântara - Vice-Presidente no exercício da Presidência, Igor Avelino - Vice-presidente, Alceu Collares, Aldir Cabral, André Benassi, Asdrubal Bentes, Augusto Farias, Bispo Rodrigues, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Edmar Moreira, Geovan Freitas, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Iédio Rosa, Inaldo Leitão, José Dirceu, José Roberto Batochio, Luiz Eduardo Greenhalgh, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Nelson Pellegrino, Oliveira Filho, Paes Landim, Paulo Magalhães, Regis Cavalcante, Ronaldo Cezar Coelho, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zenaldo Coutinho, Anivaldo Vale, Ben-Hur Ferreira, Bispo Wanderval, Djalma Paes, Edir Oliveira, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Jairo Carneiro, Luiz Antonio Fleury e Waldir Pires.

Sala da Comissão, em 21 de maio de 2002

Deputado LÉO ALCÂNTARA
Presidente em exercício

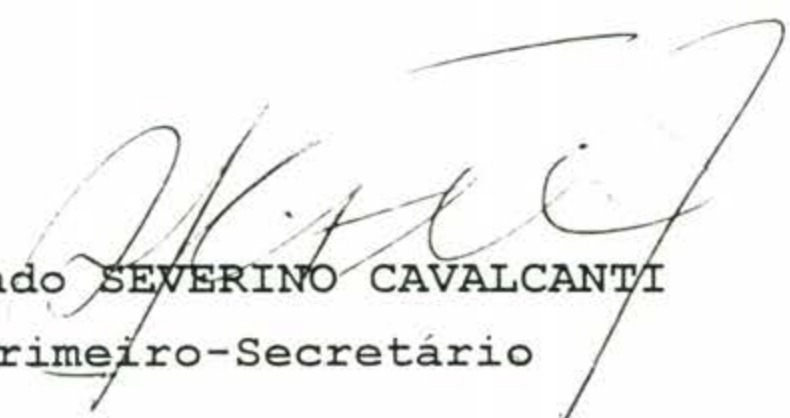
PS-GSE/389/02

Brasília, 6 de julho de 2002

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 2.252, de 1999, da Câmara dos Deputados, que "Institui o dia nacional da água", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,



Deputado SEVERINO CAVALCANTI
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador CARLOS WILSON
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

Institui o dia nacional da água.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 6 de junho de 2002

Ass. Dir.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.252

de 1999

AUTOR

SEÇÃO DE SINOPSE

EMENTA

Institui o dia nacional da água.

SÉRGIO NOVAIS

(PSB - CE)

ANDAMENTO

Sancionado ou promulgado

15.12.99

PLENÁRIO

Fala o autor, apresentando o Projeto.

Publicado no Diário Oficial de

MESA

Despacho: Às Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - Art. 24, II.

Vetado

Razões do veto-publicadas no

01.02.00

PLENÁRIOÉ lido e vai a imprimir. *OCD 16/12/99, pág. 0644 col. 01.*

01.02.00

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

30.03.00

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Distribuido a relatora Dep VANESSA GRAZZIOTIN.

04.04.00

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

10.04.00

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS
Não foram apresentadas emendas.

VIDE VERSO

ANDAMENTO PL. 2.252/99

PROJETO DE LEI Nº 2.252/99 (verso da Fl. 01).

10.05.00	<u>COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS</u> Parecer favorável da relatora, Dep. VANESSA GRAZZIOTIN.
28.06.00	<u>COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS</u> Aprovado unanimemente o parecer favorável da relatora, Dep. VANESSA GRAZZIOTIN. (PL. 2.252-A/99). DCD 29/06/00, Pág. 36244, Col. 01.
08.08.00	<u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u> Distribuído ao relator, Dep. AGNELO QUEIROZ.
14.08.00	<u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u> Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.
21.08.00	<u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u> Não foram apresentadas emendas.
15.09.00	<u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u> Parecer favorável do relator, Dep. AGNELO QUEIROZ.
04.10.00	<u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u> Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. AGNELO QUEIROZ. (PL 2.252-B/99). DCD 05/10/00, Pág. 49767, Col. 01.
10.10.00	<u>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO</u> Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.
10.11.00	<u>COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Distribuído ao relator, Dep. RICARDO FIUZA.
22.11.00	<u>COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Prazo para apresentação de emendas: 05 sessões.

CONTINUA

ANDAMENTO

- 03.04.02 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. RICARDO FIUZA, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste.
- 12.04.02 MESA (ARTIGO 24, INCISO II DO RI)
É lido e vai a imprimir, tendo pareceres da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação; da Comissão de Educação Cultura e Desporto, pela aprovação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
(PL. 2.252-C/99).
- 30.04.02 MESA
Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 30.04 a 07.05.02.
- 08.05.02 MESA
Of SGM-P 594/02, à CCJR, encaminhando este projeto para elaboração da redação final, nos termos do artigo 58, parágrafo quarto e artigo 24, II do RI.
- 21.05.02 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
Aprovada a redação final oferecida pelo relator, Dep Aldir Cabral, com abstenção dos Dep Nelson Pellegrino, Waldir Cabral, Ben-Hur Ferreira, Gilmar Machado, José Dirceu e Luiz Eduardo Greenhalgh.
(PL. 2252-D/99)
- MESA
Remessa ao SF através do Of PS-GSE/



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.252-C, DE 1999 (Do Sr. Sérgio Novais)

Institui o dia nacional da água; tendo pareceres: da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela aprovação (relatora: DEP. VANESSA GRAZZIOTIN); da Comissão de Educação Cultura e Desporto, pela aprovação (relator DEP. AGNELO QUEIROZ); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. RICARDO FIUZA).

(ÀS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS, DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias:
- termo de recebimento de emendas
- parecer da relatora
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Educação, Cultura e Desporto:
- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser
no dia 22 de março de cada ano.

Justificação

As águas cobrem três quartos da superfície da Terra. Entretanto, mais de 97% das águas do planeta são salgadas, nos oceanos, e menos de 3% são água doce. Dessas últimas, 77% estão congeladas nos círculos polares; 22% compõem-se de águas subterrâneas; e a pequena fração restante encontra-se nos lagos, rios, plantas e animais.

Ao longo da história, os lagos, riachos e rios mundiais tem proporcionado importantes recursos e serviços, incluindo água potável, água para lavagem, uso na agricultura, produção de energia, transporte, recreação e descarga de detritos.

As águas doces são uma fonte renovável. Se forem usadas de forma adequada e cuidadosamente conservadas, o ciclo hidrológico global pode satisfazer as necessidades, atuais e projetadas, em uma base sustentável. Entretanto, a água tem sido tratada como um recurso ilimitado, fornecido o mais barato possível e em qualquer quantidade desejada. Se tal atitude continuar enfrentaremos deficiências críticas na quantidade e qualidade da água disponível.

O crescimento populacional e as exigências crescentes por energia e alimentos estão impondo crescente demanda por água doce. Na virada do século, muitos países terão metade da água que tinham em 1975 - e muitos experimentarão demandas muito maiores por parte da agricultura e da indústria. Escassez futura de água tenderá a limitar o crescimento na agricultura e indústria, e poderá por em risco a saúde, nutrição e desenvolvimento econômico.

A água é tão importante para a vida humana quanto os alimentos. Um indivíduo precisa de um ou dois litros de água diários para sobreviver. O problema básico não é a falta de água para beber - poucas pessoas morrem de sede. Na verdade, o problema é obter um fornecimento suficiente de água potável e serviços de saneamento adequados.

Cerca de 80% de todas as doenças humanas estão relacionadas à água não tratada, saneamento precário e falta de conhecimento básico de higiene e dos mecanismos das doenças. Doenças transmitidas pelas águas respondem por, no mínimo, 25 milhões de mortes, a cada ano, no Terceiro Mundo; e os custos das águas poluídas para a vida humana são enormes. Há uma forte ligação entre falta de acesso a água limpa e altos índices de mortalidade infantil. Apesar de 91% da população urbana brasileira ser atendida por rede pública de abastecimento de água, a coleta de esgotos só chega a 49% dos municípios brasileiros e apenas 20% do total coletado recebe tratamento.

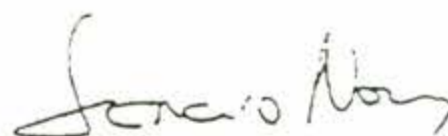
Nos países industrializados e nas áreas industrializadas dos países em desenvolvimento, o problema da poluição das águas doces, junto com a escassez causada pela demanda crescente, representa uma séria preocupação. Além das águas dos rios, poluídos com o despejo de produtos químicos pelas indústrias, também as águas subterrâneas estão contaminadas por fertilizantes utilizados na agricultura. Nos Estados Unidos, metade de área agrícola encontra-se nesta situação. Em 1980, o IBGE verificou que dos 62 mil estabelecimentos industriais existentes no Brasil, quase a metade, ou seja, 25,7 mil, apresentava "alto potencial poluidor da água". A agricultura brasileira lança, a cada ano, um bilhão de toneladas de solo fértil nos rios, além de fertilizantes e agrotóxicos. E o quadro da agressão ao recurso água se completa com o mercúrio de 600 mil garimpeiros, que está matando a vida aquática de rios brasileiros conhecidos pela fartura e variedade de seus peixes.

A produção de um tomate requer trinta litros de água; um litro de leite, quatro litros; um quilo de carne de vaca, 16.700 litros. Para se produzir uma quantidade de papel correspondente a um livro de cem páginas, podem gastar-se 30 ou 200 litros de água; para uma tonelada de aço, 15 ou 100 mil litros; refino de petróleo, 2 mil ou 12 mil litros, dependendo da tecnologia empregada.

Conforme a falta de água aumenta, os rios e lagos internacionais serão o foco de tensões crescentes. Dos 200 maiores sistemas fluviais de todo o mundo, 150 são compartilhados por duas nações, e mais de 50 por 3 a 10 nações.

Esses dados são suficientes para demonstrar a necessidade de uma profunda revisão no nosso modelo atual de produção e consumo, bem como a adoção de sistemas adequados de gestão do uso dos recursos hídricos. É com esse propósito que estamos propondo a instituição do dia nacional da água. A criação de uma data como esta oferecerá à sociedade brasileira a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionados ao uso e conservação dos recursos hídricos.

Sala das Sessões, em 15 de Abril de 1999.



Deputado **SERGIO NOVAIS**

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 2.252/99

Nos termos do Art. 119, *caput*, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da Comissão determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para recebimento de emendas (5 sessões), no período de 04/04/2000 a 10/04/2000. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2000.


Aurenilton Araruna de Almeida
Secretário

I - RELATÓRIO

O PL 2.252/99, do ilustre Deputado Sérgio Novais, institui o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

No prazo regimental, não houve apresentação de emendas à proposição em análise.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na justificação do projeto, o ilustre Autor apresenta dados alarmantes sobre o consumo de água de várias atividades econômicas, os graves problemas relacionados à poluição dos recursos hídricos em todo o mundo e as conseqüências da falta de água para a humanidade.

O mundo enfrenta muitos desafios em relação ao uso do meio ambiente como fonte de recursos naturais e como receptor de resíduos de todos os tipos. Os problemas relacionados à água são tão importantes quanto os relativos a mudanças climáticas, desmatamento, perda da biodiversidade, e desertificação, os quais, por sua vez, estão estreitamente ligados ao manejo da água.

Em comemoração ao Dia da Terra, a revista *Time* lançou edição especial, na qual sustenta que nosso Planeta "está no final de sua vida" quanto à capacidade de gerar bens e serviços. Segundo a revista, o modo como a humanidade vem comprometendo os ecossistemas "ameaça seu próprio bem-estar e sua sobrevivência". As afirmações do semanário são baseadas em dados do relatório das Nações Unidas, a ser lançado na sessão especial do milênio, em setembro, intitulado *World Resources 2000-2001*. O relatório, em cuja elaboração participaram o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, o Banco Mundial e o *World Resources Institute*, apresenta os dados de uma análise dos cinco maiores ecossistemas (*Pilot Analysis of Global Ecosystems*).

Conforme o relatório da ONU, nenhum outro ecossistema está tão ameaçado quanto o ambiente aquático, incluindo os recifes de corais e os habitats de água doce de rios, lagos e áreas úmidas. Essas frágeis zonas enfrentam uma série de ameaças, de represas e poluição pelo uso do solo, a técnicas de pesca destrutivas. Quase 60% dos 237 maiores rios do mundo estão fortemente ou moderadamente fragmentados por represas, desvios ou canais. A biodiversidade é mais ameaçada na água doce que em qualquer outro ecossistema, sendo que cerca de 34% das espécies de peixes sofrem os impactos de atividades humanas.

A população mundial já usa mais de 54% de toda a água disponível e o aumento do seu consumo compromete todos os outros ecossistemas e limita o crescimento econômico. Um total de 2,3 bilhões de pessoas enfrentam racionamento de água, 60% a mais que estimativas anteriores da ONU.

O Brasil poderia ser considerado privilegiado em termos de recursos hídricos, uma vez que possui quase 12% do total mundial da água de superfície. Esses recursos, no entanto, não estão igualmente distribuídos no

território nacional, sendo que mais de 70% encontram-se na bacia amazônica. A região Norte detém 68,5% dos recursos hídricos de superfície brasileiros, a Centro-Oeste 15,7%, a Sul 6,5%, a Sudeste 6,0% e a Nordeste 3,3%.

Mas os problemas relacionados à conservação da água, tanto em quantidade quanto em qualidade, não estão restritos às regiões onde há escassez natural desse bem. Eles ocorrem nas áreas fortemente industrializadas, nas de urbanização recente e estendem-se às regiões agrícolas mais desenvolvidas.

A maior parte dos problemas advêm, contudo, da urbanização acelerada e concentrada. Os corpos d'água recebem não apenas uma carga enorme de esgoto não tratado, como também servem de depósito de lixo na maioria dos Municípios brasileiros.


Fora das áreas urbanas, a qualidade da água vem sendo alterada pela mineração (o garimpo de ouro é fonte de contaminação por mercúrio de grandes porções de rios amazônicos) e pelo uso excessivo e indiscriminado de agrotóxicos e adubos. O desmatamento é, por outro lado, grande causa de alterações no ciclo de vazões dos cursos d'água.

O gerenciamento dos recursos hídricos deve ser, portanto, uma das metas prioritárias de todos os governos. Também é vital a inclusão da água, a *commodity* mais importante do século XXI, no planejamento econômico. Muitas das tendências negativas levarão anos para serem revertidas, então, é imperativo que as ações comecem imediatamente.

A efetividade de muitas medidas depende, em grande extensão, do engajamento de toda a sociedade. O dia nacional da água será um símbolo a encaminhar a reflexão para a importância da conservação desse precioso bem.

Assim, votamos, quanto ao mérito, pela aprovação do PL 2.252/99.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2000.



Deputada **Vanessa Grazziotin**
Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU unanimemente o Projeto de Lei nº 2.252/99, nos termos do parecer da relatora, Deputada Vanessa Grazziotin.

Estiveram presentes os Senhores Deputados, Salatiel Carvalho, Presidente, Celso Russomanno e Arlindo Chinaglia, Vice-Presidentes, Badu Picanço, Márcio Bittar, José Borba, Luiz Bittencourt, Ricardo Izar, Expedito Júnior, Paes Landim, Ronaldo Vasconcellos, Ben-Hur Ferreira, Fernando Gabeira, Fernando Zuppo, Paulo Baltazar, Régis Cavalcante, Aloízio Santos, Duílio Pisaneschi, Maria Abadia, Vanessa Grazziotin, Euler Ribeiro, Laura Carneiro, Fernando Ferro, João Paulo, Marcos Afonso, Fernando Coruja, Inácio Arruda e Valdemar Costa Neto.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2000.


Deputado **SALATIEL CARVALHO** (PMDB-PE)
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252, DE 1999

Nos termos do art. 119, "caput", I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 14 de

agosto de 2000, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2000


Carla Rodrigues de Medeiros
Secretária

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado SÉRGIO NOVAIS propõe a instituição do Dia Nacional da Água, a ser celebrado no território nacional no dia 22 de março de cada ano.

A referida proposta passou, sem emendas, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, onde recebeu Parecer favorável de mérito da nobre Deputada VANESSA GRAZZIOTIN, acatado, por unanimidade, por essa Comissão.

De acordo com as normas regimentais da Casa, o PL em apreço chega agora, sem emendas, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto para exame da matéria quanto ao mérito educacional e cultural.

II - VOTO DO RELATOR

Em ampla e bem fundamentada Justificação, ressaltada pelos aspectos ecológicos, ambientais e sócio-econômicos, o ilustre autor da proposta em apreço

lembra-nos que as águas cobrem três quartos da crosta terrestre: 97% de água salgada e apenas 3% de água doce. Das águas doces, cerca de 77% estão congeladas, e 22% constituem as águas subterrâneas; o restante 1% representam as águas fluviais, lacustres e as presentes nos seres vivos em geral.

As águas doces são renováveis graças ao ciclo hidrológico global. Mas estão hoje seriamente ameaçadas pela conjugação de vários fatores: poluição, crescimento populacional, uso indiscriminado, que afetam o ciclo hidrológico nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. Não seria exagero afirmar que o mundo está na iminência de lutar por água, se não forem tomadas, em tempo, as medidas necessárias à coibição desses fatores limitantes do precioso líquido.

Ora, como enfrentar a complexidade de aspectos ecológicos, ambientais, sócio-econômicos e políticos que permeiam esse quadro? Claro que com medidas consentâneas as esses aspectos, como conscientização, mudanças de comportamento e de padrões de produção e consumo, inovação tecnológica, e assim por diante, todas medidas que pressupõem embasamento educacional e cultural.

O Dia Nacional da Água terá o caráter de um dia de reflexão e de fomento de atitudes e ações em prol da água e do equilíbrio hidrológico do planeta. Esse papel, sem dúvida, confere à celebração proposta uma dimensão educativa e cultural que merece ser cultivada por todos os cidadãos.

À luz do indiscutível mérito educacional e cultural da iniciativa legislativa em pauta, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2252, de 1999, do nobre colega, Deputado SÉRGIO NOVAIS.

Sala da Comissão, em 4 de outubro de 2000.


Deputado AGNELO QUEIROZ

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 2.252/99, nos termos do parecer do Relator, Deputado Agnelo Queiroz.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Marisa Serrano, Presidenta em exercício; Nelo Rodolfo e Gilmar Machado, Vice-Presidentes; Agnelo Queiroz, Átila Lira, Clovis Volpi, Éber Silva, Esther Grossi, Eurico Miranda, Flávio Arns, João Matos, Luis Barbosa, Nice Lobão, Nilson Pinto, Osvaldo Biochi, Luiz Bittencourt, Iara Bernardi, Gastão Vieira e Lídia Quinan,

Sala da Comissão, em 4 de outubro de 2000



Deputada Marisa Serrano
Presidenta em exercício

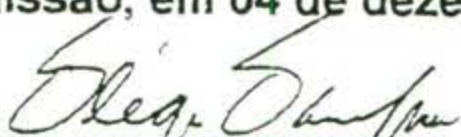
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 2.252/99

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 22/11/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2000



SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe estabelece que o dia 22 de março será o dia nacional da água.

Em sua justificação o autor apresenta dados alarmantes sobre o consumo de água de várias atividades econômicas, os graves problemas relacionados à poluição dos recursos hídricos em todo o mundo e as conseqüências da falta de água para a humanidade. Acredita que a criação de uma data como esta oferecerá à sociedade brasileira a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionados ao uso e conservação dos recursos hídricos.

A matéria é de competência conclusiva das Comissões. Foi distribuída à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que, no mérito, votaram pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.252, de 1999.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, III, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.252, de 1999.

O projeto atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso

Nacional e à iniciativa parlamentar. Também foram respeitadas as demais normas constitucionais de cunho material.

Quanto ao aspecto de juridicidade, há de se afirmar que o projeto foi elaborado em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor.

A técnica legislativa e a redação empregadas no texto do projeto nos parece acertada e, indubitavelmente, estão em acordo com as determinações impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.252, de 1999, de autoria do ilustre Deputado SÉRGIO NOVAIS.

Sala da Comissão, em 10 de 11 de 2000


Deputado RICARDO FIUZA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.252-B/99, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ricardo Fiuza.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Ney Lopes - Presidente, Jaime Martins, Igor Avelino e Léo Alcântara - Vice-Presidentes; Alceu Collares, Aldir Cabral, Aldo Arantes,

Alexandre Cardoso, André Benassi, Asdrubal Bentes, Bispo Rodrigues, Cezar Schirmer, Coriolano Sales, Dr. Antonio Cruz, Edmar Moreira, Edmundo Galdino, Eurico Miranda, Geovan Freitas, Geraldo Magela, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Iéδιο Rosa, Inaldo Leitão, José Antonio Almeida, José Dirceu, José Genoíno, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Rolim, Mendes Ribeiro Filho, Moroni Torgan, Murilo Domingos, Nelson Otoch, Nelson Pellegrino, Oliveira Filho, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Raimundo Santos, Regis Cavalcante, Renato Vianna, Robson Tuma, Roland Lavigne, Sérgio Carvalho, Vicente Arruda, Zulaiê Cobra, Anivaldo Vale, Átila Lins, Bispo Wanderval, Cleonânio Fonseca, Edir Oliveira, Fernando Coruja e Jairo Carneiro.

Sala da Comissão, em 3 de abril de 2002



Deputado NEY LOPES
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

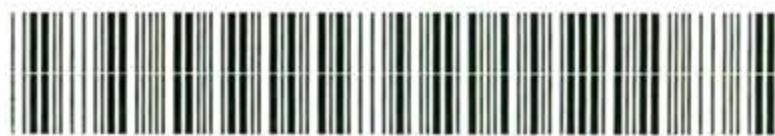
OF. n.º 526/03 – SF – Sen. JOÃO CAPIBERIBE – 1º Secretário do SF em exercício

Publique-se. Arquive-se.

Em 16/06/03

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente



Documento : 16825 - 1

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em, 28/04/03 às 1000 horas
Assinatura Ponto 3338

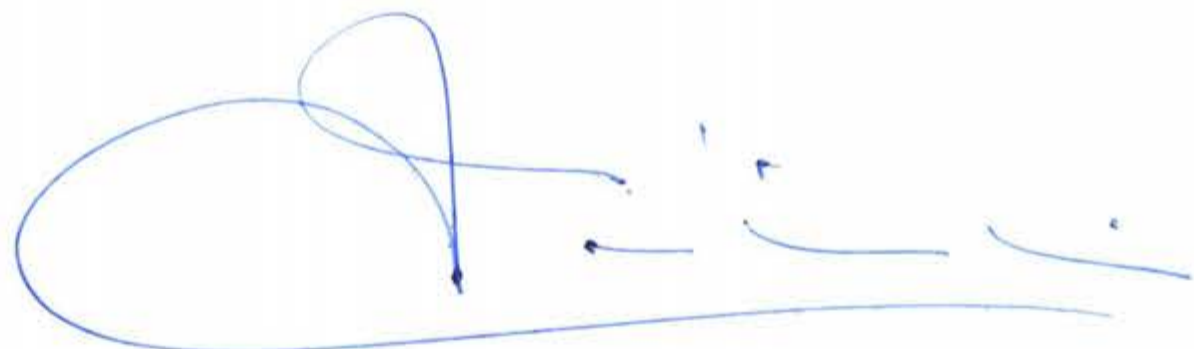
Ofício nº 526 (SF)

Brasília, em 25 de abril de 2003.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2002 (PL nº 2.252, de 1999, nessa Casa), que “institui o dia nacional da água”.

Atenciosamente,



Senador João Capiberibe
No exercício da Primeira-Secretaria

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
vpl/plc02-058

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em, 29/04/2003
De ordem, ao Senhor Secretário
Geral da Mesa, para as devidas
Providências.
IVANI DOS SANTOS
Chefe de Gabinete



CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF. 687/03 SF - Sen. ROMEU TUMA 1º Secretário do SF

Publique-se. Arquive-se.

Em 24/06/03

JOÃO PAULO CUNHA

Presidente



Documento : 17500 - 1

Ofício nº 687 (SF)

Brasília, em 22 de maio de 2003.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2002 (PL nº 2.252, de 1999, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 10.670, de 14 de maio de 2003, que “institui o dia nacional da água”.

Atenciosamente,



Senador ROMEU TUMA
Primeiro - Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geddel Vieira Lima
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
vpl/plc02-058

Caixa: 98

Lote: 79

PL N° 2252/1999

48

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Protocolo de Recebimento de Documentos	
Assunto: Sub. S. do Expediente	2800/03
Data: 22/05/03	Hora: 16:00
Assinatura: Ângela	Folha: 3491

Cancelado

14/05/2003

Institui o dia nacional da água.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de abril de 2003

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Aviso nº 430 - Supar/C. Civil.

Em 14 de maio de 2003.


A Sua Excelência o Senhor
Senador ROMEU TUMA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Sanção presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 58, de 2002 (nº 2.252/99 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.670, de 14 de maio de 2003.

Atenciosamente,



JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Mensagem nº 180

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Institui o dia nacional da água". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.670, de 14 de maio de 2003.

Brasília, 14 de maio de 2003.



LEI Nº 10.670 , DE 14 DE MAIO DE 2003.

Institui o dia nacional da água.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Lei: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

de cada ano. Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República.



**LEI Nº 10.668, DE 14 DE MAIO DE 2003**

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil, altera os arts. 8º e 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil - Apex-Brasil, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com o objetivo de promover a execução de políticas de promoção de exportações, em cooperação com o Poder Público, especialmente as que favoreçam as empresas de pequeno porte e a geração de empregos.

Art. 2º Compete à Apex-Brasil a promoção comercial de exportações, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial, de serviços e tecnológica.

Art. 3º São órgãos de direção da Apex-Brasil:

I - o Conselho Deliberativo, composto por nove membros;

II - o Conselho Fiscal, composto por três membros; e

III - a Diretoria Executiva, composta por um Presidente e dois Diretores.

Art. 4º O Conselho Deliberativo será composto por cinco representantes do Poder Executivo e quatro de entidades privadas, e respectivos suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

Parágrafo único. As hipóteses de destituição dos membros do Conselho Deliberativo serão definidas em regulamento.

Art. 5º O Conselho Fiscal será composto por dois representantes do Poder Executivo e um da sociedade civil, e respectivos suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

Parágrafo único. As hipóteses de destituição dos membros do Conselho Fiscal serão definidas em regulamento.

Art. 6º O Presidente da Diretoria Executiva será indicado pelo Presidente da República, para exercer o cargo por um período de quatro anos, demissível *ad nutum*, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período.

Art. 7º Os Diretores serão nomeados pelo Presidente da Apex-Brasil, por indicação do Conselho Deliberativo, para um período de quatro anos, demissíveis *ad nutum*, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

Art. 8º As competências e atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva serão estabelecidas em regulamento.

Art. 9º Competirá ao Poder Executivo supervisionar a gestão da Apex-Brasil, observadas as seguintes normas:

I - o Poder Executivo definirá os termos do contrato de gestão, que estipulará as metas e objetivos, os prazos e responsabilidades para sua execução e especificará os critérios para avaliação da aplicação dos recursos repassados à Apex-Brasil;

II - o orçamento-programa da Apex-Brasil para a execução das atividades previstas no contrato de gestão será submetido anualmente à aprovação do Poder Executivo;

III - para a execução de suas finalidades, a Apex-Brasil poderá celebrar contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considere ser essa a solução mais econômica para atingir os objetivos previstos no contrato de gestão, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade;

IV - o contrato de gestão assegurará ainda à Diretoria Executiva da Apex-Brasil a autonomia para a contratação e a administração de pessoal, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

V - o processo de seleção para admissão de pessoal efetivo da Apex-Brasil deverá ser precedido de edital publicado no Diário Oficial da União, e observará os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - o contrato de gestão estipulará limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos empregados da Apex-Brasil, e conferirá à Diretoria Executiva poderes para fixar níveis de remuneração para o pessoal da entidade, em padrões compatíveis com os respectivos mercados de trabalho, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional; e

VII - o contrato de gestão poderá ser modificado, de comum acordo, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

Art. 10. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da Apex-Brasil será fixada pelo Conselho Deliberativo em valores compatíveis com os níveis prevalentes no mercado de trabalho para profissionais de graus equivalentes de formação profissional e de especialização.

Art. 11. O Conselho Deliberativo aprovará o Estatuto da Apex-Brasil, no prazo de sessenta dias após sua instalação, observado o disposto nesta Lei.

Art. 12. Os arts. 8º e 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

§ 3º Para atender à execução das políticas de promoção de exportações e de apoio às micro e às pequenas empresas, é instituído adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, de:

§ 4º O adicional de contribuição a que se refere o § 3º será arrecadado e repassado mensalmente pelo órgão ou entidade da Administração Pública Federal ao Cebrae e ao Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações Apex-Brasil, na proporção de oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento ao Cebrae e de doze inteiros e cinco décimos por cento à Apex-Brasil." (NR)

"Art. 11. Caberá ao Conselho Deliberativo do Cebrae a gestão dos recursos que lhe forem destinados conforme o disposto no § 4º do art. 8º, exceto os destinados à Apex-Brasil."

" (NR)

Art. 13. Além dos recursos oriundos das contribuições sociais a que se refere o § 4º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, constituem receitas da Apex-Brasil os recursos que lhe forem transferidos em decorrência de dotações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos especiais, créditos adicionais, transferências ou repasses, e mais:

I - os recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades, organismos e empresas;

II - as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

III - os decorrentes de decisão judicial; e

IV - os valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.

Art. 14. A Apex-Brasil poderá celebrar convênios e contratos para desenvolver e custear projetos e programas compatíveis com seus objetivos sociais.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante convênio, prestar apoio técnico aos projetos e programas desenvolvidos pela Apex-Brasil.

Art. 15. A Apex-Brasil apresentará anualmente ao Poder Executivo, até 31 de janeiro, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação geral do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis.

Art. 16. Até o dia 31 de março de cada exercício, o Poder Executivo apreciará o relatório de gestão e emitirá parecer sobre o cumprimento do contrato de gestão pela Apex-Brasil.

Art. 17. O Tribunal de Contas da União fiscalizará a execução do contrato de gestão e determinará, a qualquer tempo, a adoção das medidas que julgar necessárias para corrigir eventuais falhas ou irregularidades que identificar, incluindo, se for o caso, a recomendação do afastamento de dirigente ou da rescisão do contrato, ao Poder Executivo.

Art. 18. A Apex-Brasil remeterá ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 19. A partir da data de sua instituição, ficam transferidos para a Apex-Brasil os empregados, mediante sucessão trabalhista, e os bens móveis e imóveis alocados ou destinados às atividades da unidade administrativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae denominada Agência de Promoção de Exportações - Apex.

Art. 20. O Sebrae deverá, no prazo máximo de vinte dias, a contar do início das atividades da Apex-Brasil, remanejar, transferir ou a ela transferir, as dotações orçamentárias aprovadas no seu orçamento do exercício de 2003 em favor da sua Agência de Promoção de Exportações - Apex, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por estera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 21. A Apex-Brasil fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de sessenta dias a partir da sua criação, o manual de licitações que disciplinará os procedimentos que deverá adotar.

Art. 22. No caso de extinção da Apex-Brasil, os legados, doações e heranças que lhe forem destinados, bem como os demais bens que venha a adquirir ou produzir serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 23. Ficam convalidados, para todos os fins de direito, os atos de reestruturação da Agência de Promoção de Exportações - Apex, objeto do Decreto nº 2.398, de 21 de novembro de 1997, praticados até a data de vigência desta Lei, especialmente os referentes à constituição, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, em decorrência de decisão de seu Conselho Deliberativo Nacional, da Agência de Promoção de Exportação S/A, sob a forma de sua subsidiária integral, com base no art. 251 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores." (NR)

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de maio de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Fernando Furlan

LEI Nº 10.669, DE 14 DE MAIO DE 2003

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, introduzido pelo art. 9º da Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

Parágrafo único. Até 30 de junho de 2003, no caso de medicamentos genéricos importados, cujos ensaios de bioequivalência foram realizados fora do País, devem ser apresentados os ensaios de dissolução comparativos entre o medicamento-teste, o medicamento de referência internacional utilizado no estudo de bioequivalência e o medicamento de referência nacional." (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de maio de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Humberto Sérgio Costa Lima

LEI Nº 10.670, DE 14 DE MAIO DE 2003

Institui o dia nacional da água.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional da água, a ser comemorado no dia 22 de março de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de maio de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva